

Chacina na Maré lembra mortos esquecidos pelas Comissões da Verdade. É hora de saber quem realmente merece ser ouvido

Por **Wedencley Alves**

Desde segunda-feira, a polícia vem demonstrando sua costumeira violência no complexo da Maré. Resultado: sete mortos (até agora, às 11h do dia 25/06). Mas sempre foi assim. Há algum tempo está pronta para ser escrita a genealogia da “violência urbana estimulada” no Brasil.

Desde seu alvorecer, a ditadura (militar e civil, é bom que se frise) e seus aliados foram complacentes e até fomentaram os grupos de extermínio, cujo modelo é a Scuderie Lecqoc, famosa e aplaudida até os anos 70. Seguiram-se outros “esquadrões da morte” e “polícias mineiras”, para controle dos que incomodavam o desenvolvimento conservador e concentrador do regime de exceção. Vejam nas figuras abaixo: a caveira “oficial” do Bope e a “extra-oficial” da Rota fazem parte de uma longa memória discursiva brasileira.

Os perseguidos políticos não foram as maiores vítimas (quantitativamente). Aliás, promovendo expulsão do campo e concentração urbana, o regime literalmente encurralou pessoas nas favelas e periferias, sob a ponta do fuzil. Não vejo comissões da verdade para este fato: a origem da nossa cultura urbana de violência extrema.

O mesmo aconteceu nos anos 80, quando a Rota em São Paulo fez a fama. Nos anos 90, o ex-governador do Rio, Marcelo Alencar, por exemplo, condecorou o morticínio, na chamada “Gratificação Faroeste”. Ao menos 200 mortos. Em entrevista com um coronel da PM, ouvi dele: “Colegas meus escolhem uns pretos, atiram, registram como resistência e ganham medalhas”.

Esse coronel estava enojado e resolvera denunciar na imprensa alternativa, justamente porque ninguém queria publicar na imprensa tradicional. Mídia e PM aliadas. Mas também bons jornalistas – como Caco Barcellos, que denunciara 3 mil mortos em SP, sem passagem pela polícia, e Carlos Nobre, com sua denúncia sobre mortes no Rio. E bons policiais – como os coronéis Ivan Bastos e Carlos Magno Nazareth Cerqueira, este assassinado, por não compactuar – furaram o bloqueio e trouxeram luzes para o que estava acontecendo.

Ainda nos anos 90, tivemos a demonstração lúgubre da insensatez do Carandiru – ação que até hoje muitos defendem. Mas o pior estaria por vir em 2006. Em maio, depois da balbúrdia do PCC, vingativa, a polícia de SP sai às ruas para caçar bodes expiatórios: 400 mortos, em quatro dias, sem qualquer ligação com o crime, muitos deles menores de idade.

No Brasil, historicamente não é a guerra a continuidade da política por outros meios, mas a opressão, o racismo e o preconceito de classe e região, a continuidade da escravidão por outras formas. Os chicotes de ontem são os fuzis de hoje. Bem piores, como se pode ver.

Tudo com o beneplácito de quem hoje se diz espantado. Como se os 60 mil mortos em uma década tivessem ocorrido em outro país.

Em parte, o aprofundamento da violência, que se acentuou nos anos 90, se deu graças ao que já foi teorizado pela criminologia crítica como o mais grave efeito social do neoliberalismo: o surgimento do Estado centauro, liberal apenas para quem pode, o governo penal da miséria. Este é um debate que surge em países desenvolvidos. Ora, não precisamos ser neoliberais para sermos tão trogloditas. Somos vanguarda. Antecipamos a tendência.

A força política da classe média (vide grande mobilização recente contra as balas de borracha) nunca foi usada contra o extenso currículo da política de eliminação sumária de vidas que importunam. Podemos dizer: seguramos as armas, para os policiais apertarem os gatilhos. Nenhum governo, principalmente os estaduais, responsáveis diretos pela violência, se sustentaria, se tais mortes causassem alguma comoção.

Um amplo debate está para ser estimulado em nível nacional, embora o responsável direto por estas políticas de violência sejam os estados. Não nos deixemos enganar. Os grupos de estudo não bastam. As ações pontuais do Ministério da Justiça são interessantes, mas não

bastam. O aprofundamento e o estímulo à pesquisa na área, que aumentou em muito, também não bastam.

Por outro lado, é a primeira vez em décadas e décadas (talvez desde Getúlio), que a população mais pobre e miserável tem alguém que olhe por ela (no seio de uma política de Estado). Isso faz dez anos. Daí a necessidade de distinguir as vozes que se dizem indignadas.

Os mesmos que ontem se enojavam em pagar melhor empregadas domésticas, que acham que programas sociais são desperdício de dinheiro, que acreditam que mais diversidade nas universidades é “perda de qualidade”, estão assanhados em capitalizar as balas de borracha. E, quiçá, as balas de fuzil.

Só há um percurso que devemos respeitar: quem chorou pelos mortos de antes, quem se importunou com o preconceito, quem defende a continuidade dos programas sociais, e quem nunca desdenhou de pessoas, qualquer que seja a origem, a cor da pele, e o nível de renda.

Todo o resto deve ser ignorado: indignados de última hora, hipócritas em busca de luzes, oportunistas cujos interesses são basicamente capitalizar a desgraça, para, ao final, mantê-la como está ou ainda, quem sabe, devolvê-la aos níveis anteriores.

Esta é a hora de saber quem você realmente pode ouvir. E quem merece, no máximo, um sorriso irônico